



Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e dez minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 86/2024, sob o registo n.º 1.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD) e Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS).

O senhor Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do senhor Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Deliberação n.º 208/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DMAGPE – Projeto de Regulamento de Exploração de Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Setúbal - Consulta pública**
 - 2. Deliberação n.º 209/2024 – Proposta n.º 35/2024 – DAF/DICOR – Retificação dos investimentos previstos no procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais – 2024**
 - 3. Deliberação n.º 210/2024 – Proposta n.º 36/2024 – DAF/DICOR – Revogação de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais - PPI 2024**
 - 4. Deliberação n.º 211/2024 – Proposta n.º 37/2024 – DAF/DICOR – Novo procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais - PPI 2024**
 - 5. Deliberação n.º 212/2024 – Proposta n.º 38/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Consulta prévia n.º 44/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de segurança privada em edifícios municipais, pelo período de 38 meses, ao abrigo do lote 3 do acordo quadro AQ-VS-2022 – ID 4313135, promovido pela ESPAP - Ratificação de despacho de alteração de prazos**

6. **Deliberação n.º 213/2024 – Proposta n.º 39/2024 – DAF/DICOR – Abertura de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais - PPI 2024 - Equipamentos**
 7. **Deliberação n.º 214/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 1/2023/DRH/DM**
 8. **Deliberação n.º 215/2024 – Proposta n.º 65/2024 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de obras de urbanização - Processo n.º 455/22**
 9. **Deliberação n.º 216/2024 – Proposta n.º 66/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração no decorrer da obra, em edifício habitacional - Processo n.º 210/20**
 10. **Deliberação n.º 217/2024 – Proposta n.º 67/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de demolição e construção de edifício plurifamiliar - Processo n.º 227/20**
 11. **Deliberação n.º 218/2024 – Proposta n.º 68/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de reabilitação/alteração em imóvel - Processo n.º 392/22**
 12. **Deliberação n.º 219/2024 – Proposta n.º 69/2024 – DURB/GARIU – Continuidade de 14 painéis publicitários**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 5 e 6;
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH) e do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 7 e 8.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que os Vereadores do Partido Socialista têm sido recorrentemente contactados por moradores de Monte Belo Norte que lhes manifestavam a sua preocupação relativamente à rotunda perto do Quartel dos Bombeiros Sapadores, Estrada de Algeruz, que cruzava com a Rua das Caravelas e que dava acesso a vários estabelecimentos comerciais, como a *MediaMarkt*, *ALDI*, *Pingo Doce* e todos os outros ali sediados, alertando que era frequente a ocorrência de acidentes com alguma gravidade, inclusive capotamento de veículos, porque quem vinha de Algeruz, Mercadona, Continente para baixo, praticamente não contornava a rotunda, assumindo ter uma prioridade total e, não abrandava fazendo praticamente a rotunda a direito, e que se dirigia para o Pingo Doce, que se encontrava, inclusive a recuperar o muro, quase que era atingido pelo carro que seguia em frente.

Os moradores assistiam regularmente a acidentes com gravidade. Seria importante a situação ser analisada com atenção e serem encontradas soluções junto da divisão competente e pensar-se em ações de sensibilização junto dos automobilistas.

Deu nota de 2 buracos de dimensões consideráveis na Avenida Bento Gonçalves, na faixa de rodagem, perto do semáforo e da Casa das Napas, resultante da intervenção no final de 2023 dos coletores, por parte dos Serviços Municipalizados. Dada a localização dos buracos,

poderiam causar danos em viaturas que ali circulavam, seria importante a reparação dos mesmos.

Foram contactados pela administração do condomínio do prédio situado na Rua Frei António das Chagas número 6, que desde junho de 2023 desenvolviam esforços junto do município, dos serviços competentes, reclamando a resolução de um abatimento considerável do pavimento na frente do edifício, causando desníveis no passeio, tornando-o potencialmente perigoso para quem circulava no local, dando inclusive a nota da existência de várias quedas no local.

Os moradores reiteraram o pedido de intervenção já em 2024, voltando a alertar e passou a citar: *“trata-se de uma zona onde circulam diariamente dezenas de pessoas, quer dos edifícios residenciais, quer das diferentes lojas adjacentes, nomeadamente, mercearias e restaurantes, de referir e facilmente constatável que se trata de uma zona cuja faixa etária é elevada, sendo que várias são as situações com condicionalismos de locomoção levando a uma acentuada probabilidade de acidente, o que já correu conforme referido em emails anteriores enviados ao município”*. Posto isso, consideravam que os munícipes se encontravam a aguardar a resolução daquela situação há demasiado tempo e solicitavam a intervenção para promover a qualidade de vida de quem ali residia.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que na última reunião de Câmara os Vereadores do Partido Socialista, sobre a proposta de deliberação que tinha a ver com sanções à empresa DATAREDE, empresa concessionária, levantaram uma série de questões, e face às questões que foram levantadas, às dúvidas e a falta de fundamentação que estava nessa mesma deliberação, os vereadores do Partido Socialista fizeram uma intervenção em 2 dimensões iniciais.

Uma primeira, que tinha a ver com essas mesmas dúvidas e com a falta de fundamentação, a segunda tinha a ver com a necessidade dessa proposta ser retirada, uma vez que existiam dúvidas e que muitas das afirmações que estavam feitas, nessa mesma proposta, não terem documentos a acompanhar.

Foi entendimento do senhor Presidente da Câmara, dos Vereadores eleitos pela CDU, dos Vereadores eleitos pelo PSD, de que a proposta não deveria ser retirada, e que a deveriam votar e votaram, e os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente essa mesma deliberação. E, quando votaram favoravelmente essa deliberação, tiveram o cuidado, não a ingenuidade, de afirmar votarem, essa deliberação de sanções à empresa concessionária, tendo por base a informação prestada, mas que não estava fundamentada, e que iriam votar favoravelmente, partindo do pressuposto que tudo aquilo que estava afirmado tinha documentos de suporte, que tudo aquilo que ali estava afirmado, nas acusações que eram feitas à empresa, e algumas delas, das quais os Vereadores do Partido Social Democrata pediram inclusivamente intervenção do Ministério Público, pela gravidade das acusações que ali estavam, os Vereadores do PS não pediram intervenção do Ministério Público, aquilo que fizeram foi votar favoravelmente, mas, no pressuposto de que tudo aquilo que ali estava, estava devidamente fundamentado.

Nessa mesma reunião, os Vereadores do Partido Socialista requereram vários documentos, informação devidamente fundamentada sobre as alegações que eram feitas pelas infrações cometidas pela empresa.

No domingo de Páscoa, os vereadores do Partido Socialista receberam a informação enviada pelos serviços da Câmara Municipal de Setúbal.

Estranharam o facto de ser enviado a um domingo, domingo de Páscoa, mas agradeceram à Vereadora Rita Carvalho e aos serviços, o facto de terem-lhes enviado a informação, que devia ter constado na proposta de deliberação, os documentos que deviam ter acompanhado a proposta de deliberação, para que os vereadores, e falou apenas pelos vereadores do Partido Socialista, terem decidido devidamente fundamentada.

Analisados os documentos que lhes foram enviados, e não querendo entrar em análise sobre mais nenhuma das deliberações que foram tomadas, havia uma deliberação que se iam debruçar e, tinha a ver com o ponto 4 da deliberação que foi tomada, e que levou,

inclusivamente, o senhor Presidente jocosamente, a se dirigir aos Vereadores do Partido Socialista como se continuasse a ter maioria absoluta, seguindo aquilo que foi o exemplo da sua antecessora, que brincava naquelas reuniões de Câmara, porque tinha maioria absoluta e, com forma arrogante, com a arrogância de quem tinha a maioria absoluta, geriu aquelas reuniões de Câmara, o senhor Presidente pensava que ainda tinha essa maioria absoluta e continuava com essa arrogância política que vinha de trás a dirigir-se aos vereadores do Partido Socialista, como se os Vereadores do Partido Socialista não fossem homens e mulheres com um percurso profissional, com um percurso académico reconhecido e, que tinham a capacidade para fazer a análise dos documentos que lhes eram entregues.

Votaram, na última reunião de Câmara, o ponto 4, e o ponto 4 afirmava o seguinte por parte do executivo municipal, afirmado pelo senhor Presidente: *“emissão de Autos de Notícia – Exercício exorbitante das competências em matéria de fiscalização por parte da empresa. A concessionária tem exercido os poderes que contratualmente lhe estão cometidos em matéria de fiscalização do estacionamento na via pública, exorbitando a habilitação legal para o efeito”*. Os vereadores do PSD, o senhor Vereador Fernando Negrão, o senhor Vereador Paulo Calado, e muito bem, perante a informação que tinham, exigiram a intervenção do Ministério Público, porque aquilo era muito grave. Aquilo era de uma gravidade que ia além de tudo aquilo que podia ser imaginável. E podiam ler nessa mesma deliberação, nessa mesma fundamentação a existência de mais de 1100 autos, dos cerca de 1100 autos de notícia emitidos pela concessionária até 28/02/2024, apenas cerca de 70 diziam respeito a eventuais infrações cometidas em zonas concessionadas. Disse ao senhor Presidente que queria consultar os 1100 autos e o senhor Presidente riu, brincado e gozando de querer ver os 1100 autos. E, o senhor Presidente na intervenção que fez incluiu 3 autos como exemplo. Um auto que tinha o número 1860500115, outro com o número 1860500103 e outro com o número 1860500120, e disse que aquilo era muito grave, era abusivo, e os Vereadores do PSD requereram a intervenção do Ministério Público.

(vozes de fundo)

Sr. Vereador Fernando José – Disse ao senhor Vereador Fernando Negrão que se não tinha ido consultar os processos, se não sabia do que estavam a falar, era um problema seu, não dele, e disse que o deixasse concluir a sua intervenção.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando José – Disse que depois teria tempo de fazer a sua intervenção, que não o interrompesse. O senhor ex-deputado Fernando Negrão que respeitasse a oposição.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que eram os apartes...

Sr. Vereador Fernando José – Disse ao senhor Vereador Fernando Negrão que se não fazia o seu trabalho que respeitasse o trabalho da oposição que era feito pelo Partido Socialista.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que tinha o maior respeito pelo trabalho da oposição.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que se respeitava que o deixasse concluir.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Mas não abdicava dos apartes que cabiam aos Vereadores fazer.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ficasse até ao fim a ouvir e depois tiraria as suas conclusões.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que era uma prática sua muito pouco apreciada.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Vereador Fernando Negrão não tinha feito o seu trabalho de casa.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que o senhor Vereador é que não tinha feito porque já tinha dito uma série de coisas que não correspondiam à verdade.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que ficasse com a sua verdade, já tinham percebido que era uma vez mais *“a bengala da CDU”*.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que ficava com a sua, assim como o senhor ficava com a dele.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, entretanto, tinham recebido uma listagem, porque quiseram consultar os autos, e fez referência que a intervenção deles nada tinha a ver com os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, nada tinha a ver com os dirigentes da Câmara Municipal de Setúbal, nem com o trabalho que desenvolviam, tinha a ver com o seu trabalho e com o trabalho da Vereadora Rita Carvalho, da incompetência e da incapacidade que os dois tinham, portanto, não tinha nada a ver com os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, não tentasse, quando fosse responder, reverter aquela situação para cima dos trabalhadores, porque os trabalhadores estavam à margem dessa situação.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que da mesma forma que pedia respeito, que tivesse respeito pelos restantes eleitos.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha mesmo a ver com uma situação de incapacidade e incompetência política, da parte do Sr. Presidente e da parte da Vereadora Rita Carvalho, como iriam perceber.

Sr. Presidente – Disse que agradeciam esse desafio, que fizesse o favor de continuar.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que receberam uma listagem dos autos que lhes foram enviados, que foram dados como exemplo, portanto, existiam autos passados e emitidos pela empresa que eram ali referenciados e foram verificar. E verificaram o seguinte, e o senhor Presidente, que estava a tempo inteiro na Câmara Municipal, e a Vereadora Rita Carvalho que também estava a tempo inteiro na Câmara Municipal, poderiam ter chegado à conclusão que chegaram os Vereadores do Partido Socialista, que estavam na oposição e que não estavam a tempo inteiro, é que não existiam 1100 autos emitidos.

A informação que lhes foi prestada, para tomarem uma deliberação, era falsa. O senhor faltou à verdade em reunião de Câmara: *“estou-lhe a dizer olhos nos olhos, o senhor faltou à verdade em reunião de Câmara. O senhor quando afirmou aqui, em reunião de Câmara, que existiam 1100 autos, o senhor faltou à verdade”*. A informação, a fundamentação que existia era falsa.

O senhor Presidente dizia que apenas 70 dos autos cometidos, era o que estava na deliberação, apenas 70 diziam respeito a eventuais infrações cometidas em zonas concessionadas, e a deliberação davam, como exemplo, vários autos. Por exemplo, aquele auto que deram como exemplo, 1860500115, o senhor Presidente ou a senhora Vereadora

Rita Carvalho sabiam o que era? Aquilo não era um auto, aquele código não era um auto, porque na listagem que lhes foi enviada e que tinha mais 1100 infrações, essas 1100 infrações correspondiam a tudo aquilo que eram infrações no código da estrada, eram todas as infrações que existiam no código da estrada.

O senhor Presidente de Câmara e a senhora Vereadora Rita Carvalho estavam-lhes a dizer que aquela listagem que lhes foi enviada, que aquela listagem que correspondia a todos os autos levantados pela empresa? Ou seja, a empresa fez uma salada de frutas, fez um “*tutti frutti*”, fez um euromilhões, ou seja, acabou por fazer um levantamento de autos, sobre todas as situações que estavam previstas no código da estrada.

Aquela listagem tinha códigos de referência de infração, não eram autos, e, aquilo que vinha na liberação era falso, aquilo que estava na deliberação era incorreto, não correspondia à realidade, isso era muito grave, porque aqueles vereadores do Partido Socialista votaram a favor, com base numa fundamentação que era falsa, porque aquele auto, 1860500115 não existia, aquilo não era um auto, o senhor presidente sabia o que era?

Disse que lhe ia dizer uma vez que não teve a capacidade, nem o senhor Presidente, nem a senhora Vereadora Rita Carvalho, era um código de referência da ANSR - Autoridade Nacional Segurança Rodoviária, aquele código que ali estava era o código de uma infração, não era um auto, porque na listagem que lhes foi enviada, identificando uma série de autos, existiam vários números iguais. Os autos não tinham números iguais, não podiam ter, tinham números diferentes, alguns até com letras. Portanto, aquilo que lhes tinha sido dito na última reunião de Câmara, e aqueles 3 autos, que pediu para consultar e não conseguiu, porque não existiam, os 1100 autos que o senhor Presidente tinha dito ele não iria conseguir, ou ter a capacidade para analisar, e efetivamente não teve, porque esteve nos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, a tentar verificar esses autos e a Câmara Municipal não tinha nenhum auto, não tinha nenhum documento que provasse aquilo que ali estava.

Isso era muito grave, porque a informação que lhes foi prestada foi uma informação falsa. Não existiam mais de 1100 autos emitidos pela empresa.

Disse ter consigo e ia pedir para passar aquela documentação porque era mais fácil, porque a listagem que lhes foi entregue, a eles Vereadores do Partido Socialista, sobre as infrações, aquelas infrações que a Câmara Municipal, na deliberação dizia existirem, e que eram mais de 1100, aquelas infrações não existiam, eram códigos de infração, eram códigos da ANSR. Eram códigos que existiam e que tinham que ser incluídos num sistema, que não estava ainda em vigor, e não iriam falar sobre isso naquele dia, fariam mais tarde, para não gerar mais confusão.

Sr. Presidente – Disse que a confusão era do senhor Vereador, nada de dúvidas sobre isso, mas o senhor Vereador que continuasse.

Sr. Vereador Fernando José – Disse ter a ver com o sistema STICO, que era um sistema que tinha uma relação entre a Câmara Municipal de Setúbal e os CTT, e com a empresa, quem tinha a ver com essa questão dos autos. Quem tinha que avançar com a comunicação dos autos, essa situação, tinha a ver com esse sistema que não estava implementado.

Na reunião com os serviços da Câmara perceberam serem situações virtuais, que eram situações que estavam em teste.

O senhor Presidente não conseguia identificar nenhum auto com um número 1860500115, porque na listagem que lhes foi enviada estavam pelo menos 40, ou 50, ou 60 situações com o número 186050115, porque eram códigos de referência da ANSR, não eram autos levantados pela empresa, mas na listagem que lhes foi enviada e da qual o senhor Presidente e a senhora Vereadora Rita Carvalho, tiraram a conclusão que seriam 1100 autos emitidos. Falavam de uma listagem que tinha o código da infração, havia um código de infração 1860500115, que existia ali, em Lisboa, em Loulé, era um código de infração, depois tinha a referência ao preceito legal, à norma infringida, depois tinha a gravidade, se era gravidade 1, se era gravidade 2, e depois tinha a descrição da infração. Essa listagem que lhes foi enviada

tinha infrações que ia passar a ler e gostaria de ter um esclarecimento, como aquilo poderiam ser autos.

Sr. Presidente – Pediu desculpa por interromper, mas os senhores tinham votado livremente, não tinham sido obrigados por ninguém.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinham sido induzidos em erro.

Sr. Presidente – Disse que agora estava ele a falar.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não tinha terminado a sua conclusão.

Sr. Presidente – Disse que a sua conclusão era a sua conclusão, os factos eram os factos. O senhor tinha votado favoravelmente, não tinha sido obrigado por ninguém.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinham sido induzidos em erro.

Sr. Presidente – Disse que se o senhor se deixava induzir em erro o problema era seu.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha mentido numa reunião de Câmara.

Sr. Presidente – Disse que as suas tentativas só surtiam efeito em determinada altura. A partir do momento que o senhor há dois anos andava a fazer aquela figura, naturalmente, que o resultado da avaliação que as pessoas faziam sobre as suas intervenções não podiam ser sérias. Chamava a atenção para isso, era um apoio à sua intervenção no sentido de as pessoas poderem ter mais consideração pelas intervenções que o senhor Vereador fazia.

Sr. Vereador Fernando José – Perguntou se podia concluir.

Sr. Presidente – Disse que já estavam a gastar muito tempo com a intervenção do senhor Vereador.

O senhor tinha dito que tinha votado favoravelmente porque tinha sido enganado. Se o senhor já tinha essa ideia, como tinha acabado de dizer, de que havia muitas dúvidas, etc., mas o senhor tinha votado favoravelmente, não tinha sido obrigado a votar favoravelmente. Esse era o primeiro ponto.

As propostas que vinham à Câmara Municipal não eram elaboradas nem pelo Presidente da Câmara nem pelo Vereador, como o senhor muito bem sabia, esse era o segundo ponto.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que eram validadas pelo Presidente e pela Vereadora, não sacudisse a água do capote.

Sr. Presidente – Disse que aquilo que vinha na proposta era a avaliação que os nossos serviços, os nossos técnicos, os nossos dirigentes faziam e, naturalmente, que assumiam a responsabilidade daquilo que escreviam.

Sr. Vereador Fernando José – Disse para o deixar concluir.

Sr. Presidente – Disse que para não haver dúvidas sobre aqueles pontos.
Primeiro ponto – O senhor tinha votado favoravelmente porque tinha querido.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinham sido enganados.

Sr. Presidente – Disse que se tinha dúvidas havia a possibilidade de votar contra ou de se abster. O senhor tinha decidido votar favoravelmente.

Segundo ponto – O senhor estava a acusar o Presidente da Câmara e a acusar a senhora Vereadora de considerar autos, de dizer que eram 1100: “*de dizer não sei o quê*”, o senhor sabia muito bem que quem elaborava as propostas eram os serviços, eram os técnicos responsáveis que acompanhavam aquela matéria na Câmara Municipal.

Sr. Vereador Fernando José – Disse para não chutar para cima dos trabalhadores da Câmara.

Sr. Presidente – Disse que aquela tentativa de passar isso para um nível político, uma decisão política, quando estavam a falar de questões que eram registadas e, era essa a avaliação que os serviços faziam sobre a situação.

Estava muito claro, para que não houvessem dúvidas.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que também gostaria de intervir.

Sr. Presidente – Pediu que o senhor Vereador Fernando José terminasse a sua intervenção o mais rapidamente possível fazendo a conclusão daquilo que queria dizer, porque ainda não tinham percebido.

Sr. Vereador Fernando José – Perguntou se ainda não tinha percebido.

Sr. Presidente – Disse que não.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era de difícil compreensão o que é que se havia de fazer.

Disse que ia resumir a sua intervenção.

Sr. Presidente – Disse que agradecia.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que registava.

Disse que tinha sido o senhor Presidente que tinha apresentado, na última reunião de Câmara, não tinham sido os serviços da Câmara, não tinham sido os trabalhadores da Câmara, tinha sido o senhor Presidente, ali, em reunião de Câmara, tinha apresentado uma proposta, e sobre a proposta que tinha apresentado tinha afirmado exemplos de autos e tinha dado exemplos de autos.

Sr. Presidente – Disse que estavam escritos na proposta.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que estavam escritos na proposta, que tinham sido lidos pelo senhor Presidente e facultados pelo senhor Presidente e pela Vereadora que tinha o pelouro da área, e aquilo que estava escrito na proposta, e que não era alheio àquilo que tinha sido a intervenção do senhor Presidente, porque a proposta de deliberação era do senhor Presidente, os serviços podiam propor e o senhor Presidente podia não concordar, quantas vezes isso já tinha acontecido? Uma? Duas? Quinhentas? Portanto, o que estava ali em causa não tinha a ver com os serviços, tinha a ver com a decisão do senhor Presidente e a decisão da Vereadora responsável pelo pelouro, Rita Carvalho.

Aquilo que lhes tinham trazido tinham sido exemplos de autos, e tinham-lhes dado como exemplos de autos o número 1860500115, e aquele 1860500115 e o 1860500103, e o 1860500120 não eram autos, eram referências da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária. Os 1100 autos que o senhor tinha lido na última reunião de Câmara não existiam, era fictício, era da sua cabeça, isso não existia, o senhor tinha trazido informação falsa.

Sr. Presidente – Pediu mais respeito, porque os exageros do senhor Vereador ultrapassavam aquilo que era o respeito pelas pessoas que ali estavam que tinham responsabilidades políticas, como o senhor também tinha.

(vozes de fundo)

Sr. Vereador Fernando José – Disse que também exigiam esse mesmo respeito. Na linha 17, repetiu várias vezes, e disse que era para conseguir ver, para conseguir analisar, dos autos que os senhores diziam existir estava assim...

Sr. Presidente – Disse ao senhor Vereador que em teatro, como tinha dito a senhora Vereadora, o senhor era um exímio, e agradeceu que o senhor Vereador terminasse a sua intervenção, para perceberem o que o senhor queria dizer para lhe poderem responder.

Sr. Vereador Fernando José – Perguntou se ainda não tinham percebido, era de difícil compreensão.

Na linha 17 o senhor Presidente tinha dito: “os autos, os mais de 1100 autos” linha 17, não eram autos era referência de infração.

Sr. Presidente – Disse que estava a ultrapassar aquilo que era o razoável...

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não o deixava concluir, 1860500115, na vossa opinião existiam mais de 70 autos com o mesmo número, mas qual tinha sido o auto que a empresa tinha passado: “*estacionamento em local reservado a veículos da Casa da Primeira Infância*”.

Disse que gostava que o senhor Presidente e a senhora Vereadora Rita Carvalho explicassem aos senhores Vereadores do Partido Socialista, em Setúbal onde é que havia um lugar reservado, em termos de estacionamento, a veículos da Casa da Primeira Infância, porque teria havido um setubalense, ou alguém que tinha visitado Setúbal, que tinha estacionado indevidamente num lugar reservado à Casa da Primeira Infância, em Setúbal.

Referiu que gostava de consultar esse auto, porque era o que estava na listagem, linha 17, e, tinha distribuído os documentos para que não houvesse dúvidas, é que na linha 17 havia um auto com o número 1860500115, dos 1110 que os senhores identificavam, que dizia “*estacionamento em local reservado a veículos Casa da Primeira Infância*”, por isso gostaria de saber, em Setúbal, onde é que era aquela Casa da Primeira Infância. Os Vereadores do Partido Socialista tinham conseguido encontrar onde é que aquela casa ficava, era em Loulé. Depois tinham conseguido verificar, na linha 21, outro auto, daqueles 1100 que diziam que a empresa tinha autuado os setubalenses, tinha sido uma loucura.

Sr. Presidente – Disse que agradecia que o senhor Vereador concluísse para perceberem onde é que o senhor queria chegar.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que sabia que aquilo era complicado para o senhor Presidente.

Sr. Presidente – Disse que aquilo que o senhor estava a dizer estava escrito, não era preciso o senhor estar a repetir, a repetir e a repetir.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando José – Estava escrito, mas o senhor não sabia.

Disse que essa listagem não tinha ido a reunião de Câmara tinha sido facultada depois. Se essa listagem tivesse sido facultada em reunião de Câmara a proposta não teria sido votada, aí é que estava a questão.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que felizmente para os setubalenses não era o senhor que decidia.

Sr. Vereador Fernando José – Disse: “*pois não, é o senhor que decide, é o senhor que tem maioria absoluta.*”

Sr. Presidente – Disse que agradecia que o senhor Vereador concluísse para perceberem quais eram as conclusões que tirava.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que na linha 21 estava outro auto, que tinha o mesmo número que tinha o auto anterior que acabou de ler, era o número 1860500115, não era auto, obviamente, era uma referência da ANSR, na vossa opinião foi um auto passado a um setubalense, uma coisa gravíssima, mas a designação era: “*estacionamento em local a Veículos da CML – Câmara Municipal de Loulé*”. Perguntou ao senhor Presidente, em Setúbal, qual é que era o estacionamento que reservaram à Câmara Municipal de Loulé. Depois tinham outro auto: “*vejam bem a gravidade de outro auto que foi passado*”, era o 1860500115, e esse auto que estava na linha 27 dizia: “*estacionamento indevido em local destinado a veículos da DGRS*”, perguntou onde é que isso ficava porque não conseguia identificar. Foi um auto, passado pela empresa, em Setúbal, aos setubalenses, a quem os visitou em Setúbal. Onde é que ficava aquele estacionamento? Depois na linha 54, 1865000115, mais um auto com o mesmo número, não era auto senhor Presidente, era um código de referência da ANSR.

Sr. Presidente – Disse: “*sabe senhor Vereador, nós precisamos de técnicos na Câmara, de gente que avalie, sobretudo estes serviços*”.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando José – Disse os técnicos eram bons, o executivo é que era mau.

Sr. Presidente – Disse que achava que o senhor deveria concorrer aos concursos que estavam abertos para fazer fiscalização.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que lhes facilitava a vida, com aquela informação que o senhor tinha e essa capacidade de avaliação que o senhor tinha, e que vinha a reunião de Câmara falar dos 1100 autos que tinham sido levantados, e o senhor vinha falar da linha 17, naturalmente que era a pessoa indicada para ser contratado para os serviços de fiscalização.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era a dele, era a sua incapacidade e perguntou se podia concluir.

Sr. Presidente – Disse que agradecia que concluísse, o mais rapidamente possível.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente continuava com aquela forma arrogante e jocosa de se dirigir aos Vereadores do Partido Socialista, mas cada um daqueles Vereadores do Partido Socialista estavam preparados para fazer um trabalho de oposição, porque tinham percurso profissional, tinham percurso académico, tinham percurso político, e estavam preparados para assumir funções executivas.

Sr. Presidente – Arrogante?
Disse que isso não estava em causa.

(Intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando José – Disse para o deixar concluir.

Sr. Presidente – Disse que o que estava em causa era a sua especulação. Era o seu dizer, especular, inventar, fazer tudo para se por e manter em bicos de pés, mas os setubalenses e os azeitonenses já tinham percebido que em bicos de pés não havia ninguém que desse garantias para o futuro, era isso que estava em causa.

Sr. Vereador Fernando José – Perguntou se podia concluir.

Sr. Presidente – Disse que as pessoas que todos os dias faziam tudo para se manter em bicos de pés não garantiam a confiança, nem a estabilidade para o futuro de Setúbal.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que isso custava-lhe um pouco.
Disse que um Vereador da Câmara Municipal de Setúbal, que tinha acabado por ser Deputado na Assembleia da República, que já tinha saído, que mantinha aquela posição de sempre em picos de pés para se fazer ouvir, naturalmente, que o povo de Setúbal, não podia acreditar, para garantir uma vida um futuro de qualidade para Setúbal, em pessoas que passavam a vida em bicos de pés. Estava a aconselhá-lo num sentido positivo: *“veja se põe os pés bem assentes na terra”*.

Sr. Vereador Fernando José – Perguntou se podia continuar.

Sr. Presidente – Disse que podia continuar e agradecia que concluísse.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era difícil, o senhor Presidente ia fazendo intervenções à medida que ia falando, portanto, era difícil terminarem aquela reunião.
Disse que não se precisava de pôr em bicos de pés, tinha 1 metro e 73 cm, o senhor Presidente, se calhar, tinha 1 metro e 63 ou 64 não sabia, não se precisava de pôr em bicos de pés, tinha o tamanho suficiente para andar pela cidade. Essa questão do *“pôr em bicos de pés”*, ou de fazerem uma oposição que toda a gente conhecia, isso não passava, isso era tentar desviar aquilo que era essencial, tentar desviar daquilo que era o assunto.

Sr. Presidente – Disse que agradecia que voltasse ao ponto e concluísse aquilo que queria dizer, para poderem passar ao segundo ponto. Tinham marcado aquela reunião de Câmara com meia hora de antecedência relativamente às anteriores, e o uso que o senhor Vereador estava a fazer, daquela consideração que tinham feito, de antecipar a reunião de Câmara para ela não ir até tão tarde, lamentavelmente o uso que estava a fazer era aquele.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que percebia que achasse lamentável, mas para os Vereadores do Partido Socialista, também era lamentável...

Sr. Presidente – Disse que era a única forma de fazer política que o Partido Socialista em Setúbal tinha, lamentavelmente.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando José – Disse que assim não conseguia terminar. Pediu um pouco de respeito.

Sr. Presidente – “*De respeito? O senhor é que pedia respeito?*”.

Disse que mais uma vez, agradecia que concluísse.

Sr. Vereador Fernando José – Perguntou como é que conseguia concluir com o senhor Presidente constantemente a interrompê-lo.

(intervenção inaudível)

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que achava que a questão já estava clara.

Sr. Vereador Fernando José – Perguntou se podia concluir.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador já devia ter concluído.

Sr. Vereador Fernando José – Deu mais um exemplo, o auto que estava na linha 54, com o número 1860500115, era precisamente o auto igual a todos os outros que já tinha lido, portanto, os autos tinham todos o mesmo número e dizia: “*estacionamento em local, portanto, algum setubalense, ou alguém nos visitou aqui em Setúbal, estacionou o veículo em local que estava destinado ao Tribunal Administrativo*”. Perguntou onde ficava esse local destinado ao Tribunal Administrativo em Setúbal, não conseguiram identificar.

Depois havia outro auto, que estava na linha 604, que era o 154090103, e o senhor Presidente dizia serem 1100 autos emitidos pela empresa.

Disse gostar de saber qual foi o setubalense, ou qual foi o português ou estrangeiro que os visitou que tivesse estacionado a menos de 5 metros após sinal indicativo de paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros que circulavam sobre carris.

Perguntou qual foi o setubalense que tinha sido multado ou autuado pela empresa relativamente a essa situação.

O senhor Presidente tinha-lhes trazido uma deliberação consubstanciada em factos que eram falsos, que não existiam. Quando lhes diziam que foram emitidos 1100 autos, e que lhes era entregue uma listagem desses 1100 autos, essa listagem era falsa. Essa listagem não se referia a autos, referia-se a códigos de infração. Foi acompanhado pelo Vereador Joel Marques e pelo Vereador Vítor Ferreira, e não conseguiram consultar nenhum dos 1100 autos que os senhores identificaram. Não conseguiram sequer identificar, consultar, os 3 autos que os senhores davam, como exemplo, que o senhor deu como exemplo. O senhor leu a proposta, fez uma acusação grave, e eles confiaram, partindo do pressuposto que as informações eram verdadeiras. Aquilo que verificaram na consulta era que a informação que lhes foi entregue, que a fundamentação que lhes foi entregue, era uma fundamentação falsa, não existiam autos.

E aqueles números que eram referenciados não eram autos, eram códigos de infração, eram códigos da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária. Portanto, se acreditassem, se levassem a sério aquela listagem, que lhes foi entregue pela Câmara Municipal, pelos serviços, pela senhora Vereadora Rita Carvalho, aquilo que estariam a dizer era que a empresa, em 3 anos, passou aos setubalenses autos sobre todas as infrações que estavam previstas no Código da Estrada.

Aliás, sobre situações que nem se quer podiam existir em Setúbal, porque não tinham estacionamento em Setúbal destinada à Casa da Primeira Infância, nem ao Tribunal Administrativo, nem sequer a Câmara Municipal de Loulé, à DGRS e muitas outras situações.

Uma análise cuidada do senhor Presidente, enquanto Presidente de Câmara, ou da senhora Vereadora Rita Carvalho teria verificado aquilo que os vereadores do Partido Socialista verificaram. Podiam existir autos, mas não existiam aqueles autos, porque aqueles números que lhes foram entregues eram códigos de referência de infrações, não eram autos e aquela listagem na qual a deliberação era fundamentada, em mais de 1100 autos, não foram autos

passados pela empresa, aquilo eram códigos de infrações, de todo o tipo de infrações, e, portanto, havia um erro grosseiro, que levou os Vereadores do Partido Socialista a votarem favoravelmente uma proposta. Uma proposta que tinha uma fundamentação que era falsa.

E era isso que denunciavam, e o senhor Presidente e a senhora Vereadora Rita Carvalho teriam de ir para casa fazer uma reflexão sobre aquilo que foi a vossa posição, ao trazerem àquela Câmara Municipal, a todos os Vereadores, aos vereadores do Partido Socialista, mas também aos vossos camaradas, trazerem uma informação que fundamentava uma decisão que era falsa: *“e aqui, sim, os Vereadores do Partido Socialista pedem agora a intervenção do Ministério Público para que se verifique, efetivamente o que está a acontecer na Câmara Municipal de Setúbal, relativamente à questão do estacionamento tarifado”*.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Perguntou se podia intervir.

Sr. Presidente – Perguntou ao senhor Vereador Fernando José se tinha terminado.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que todo aquele arrazoado que o senhor Vereador trouxe fazia parte daquele quadro que já tinha descrito. As questões, para os Vereadores da CDU, era o que era fundamental, porque estavam ali todos os dias a trabalhar e tinham trabalho para mostrar aos setubalenses e, aos azeitonenses, e havia provas e reconhecimento desse trabalho que era feito há mais de 20 anos. O senhor Vereador não tinha, o que tinha para trás não era nada abonatório, como o senhor reconhecia, porque nem gostava que se falasse disso, mas muitas vezes tinham de falar porque muitas das coisas que foram feitas, durante a gestão do Partido Socialista, infelizmente para nós setubalenses e azeitonenses, esses erros iam-se manter durante anos, dezenas, e dezenas, e dezenas de anos. Eram erros que não se apagavam, como eram designadamente as questões que tinham a ver com o urbanismo. Não se apagavam, as casas estavam construídas nos sítos onde foram licenciadas e, não podiam deitar essas casas a baixo, era só para dar um exemplo.

Como os senhores não conseguiam reconhecer um trabalho, que tem sido feito ao longo de 20 anos, que era apreciado pelos setubalenses, pelos azeitonenses, por todos os que os visitavam, e que eram milhares e milhares e milhares, daquilo que era escrito na comunicação internacional sobre Setúbal, da evolução que teve ao longo daquelas duas décadas. Os senhores “zero”, era sempre em bicos de pés, era assim que os senhores faziam política em Setúbal, depois os resultados estavam à vista.

Para terminar aquele ponto, disse que os senhores Vereadores votaram, nas dúvidas, era verdade, que levantaram, mas votaram favoravelmente nas dúvidas. Pediram para consultar os documentos e, tiveram acesso aos documentos e, mais as propostas que ali foram aprovadas, eram propostas, como tinha sido explicado, e não poderia ser de outra maneira, no cumprimento dos termos legais a que estavam obrigados, ou seja, que as deliberações que ali foram tomadas eram deliberações que iam ser sujeitas à apreciação da empresa e que, em vez do senhor fazer esse papel triste que fez, era a empresa que tinha a possibilidade de reagir àquilo que eram as penalizações que lhe foram aplicadas por decisão da Câmara Municipal e, que já lhes foram comunicadas por iniciativa dos próprios serviços e, portanto: *“senhoras e senhores vereadores, este tipo de especulação, esta forma de fazer política ajuda até outros movimentos que depois todos contestamos, mas naquilo que é a nossa ação, que contribuímos diariamente para que esses movimentos sejam cada vez mais fortes, isso aí é que nos custa a aceitar. Mas é verdade, senhor Vereador, quando nós não tomamos conta da ação política, do nosso comportamento político, depois queixamo-nos”*. Queixar não resolvia nada, era na ação que se viam os resultados.

E, dito isso, disse pensar poderem passar ao ponto seguinte.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não, não podiam. Não podiam porque pedia novamente a palavra.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que também queria intervir sobre aquela questão.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que também queria intervir.

Sr. Presidente – Disse que se o senhor Vereador continuasse a insistir no mesmo tema e da mesma forma como tinha feito até àquele momento, terminava aquela reunião de Câmara porque não havia condições para continuarem o trabalho que era a obrigação deles perante os setubalenses, perante aqueles que os tinham elegido. O comportamento do senhor Vereador era, do seu ponto de vista, indigno numa Câmara Municipal pela forma como o estava a fazer. O senhor podia dizer tudo aquilo que quisesse, mas aquele comportamento, da forma como o tinha feito era indigno, e, portanto, ficava o aviso.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente bem podia continuar com esse tipo de ameaças, com esse tipo de desrespeito...

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o senhor Presidente não tinha respondido a uma única pergunta.

(intervenção inaudível)

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que estavam a roçar a falta de educação e, não admitia isso: *“desculpe senhor Vereador, mas estes gajos não era forma de se dirigir a ninguém”*. E, portanto, aquilo que se estava a passar era lamentável, e dignificava muito pouco aquela Câmara Municipal, e não lhe admitia: *“peço desculpa, mas não nos conhecemos de parte alguma para estar a fazer esse tipo de insinuações”*.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que pedia a palavra na defesa da honra.

Disse que o senhor Presidente conhecia-o como cidadão, como profissional, aliás estava ali a senhora Vereadora que acompanhava parte do seu trabalho enquanto profissional e cidadão setubalense, português, também estava ali o senhor Vereador que teve ocasião, enquanto Vereador da Educação de o fazer, também estava o senhor Vereador, que sabia que não era de matemática que era de história. A verdade era que no início daquele mandato, naquela Assembleia, sem qualquer pessoa, incluindo o senhor Presidente, tomar a palavra tinha sido acusado de não ter o direito de viver em democracia pela bancada do PSD. Na altura, apesar de ter sentido de uma forma tremenda aquilo que tinha sido dito, porque o conheciam, os cidadãos que estavam em casa, aqueles que estavam ali sentados conheciam-no de 64 anos, quase 65 anos de vida, enquanto setubalense, e de 45 enquanto profissional de educação. Geriu aquela acusação, aquela ofensa de uma forma democrática, serenamente, não armando confusão. A verdade era que ninguém naquela Câmara usou da sua palavra para o defender, estava no seu direito, era a democracia.

A senhora Vereadora, que também tinha obrigação através dos seus companheiros o conhecer, porque havia muitos dos seus companheiros do PSD que o conheciam, e que o honravam com a sua amizade e com o seu respeito, disse que ele a ofendia. O que acontecia naquele momento naquela casa merecia uma interrupção nos trabalhos, mas era bom que todos pensassem em algo que já ali disse há tempos: *“nós que nos dizemos defensores da democracia, temos que ter cuidado com o que dizemos, mesmo quando reagimos àquilo que são críticas tremendas”*.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Vitor Ferreira – *“Respeito, está a ver”*.

Sr. Vereador Fernando Negrão – *“Pegar em armas”*, tinha sido o que o senhor tinha dito. Que não se esquecesse, *“pegar em armas”*, o senhor tinha dito isso em ambiente democrático.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que não se esquecia. Para defender a democracia na Europa já tinha sido preciso pegar em armas, e sabiam, porque ao contrário do que muitas pessoas diziam sobre o trabalho da União Soviética, na defesa contra o Nazismo daquilo que foi a afirmação da democracia da Europa, coisa que sempre subscreveu, foi preciso pegar em armas, e se olhassem ao que acontecia no Mundo e na Europa, como disse há tempos, em que já havia portugueses e portuguesas a assumirem-se como Nacional Salazaristas, iria ser preciso. Se não tivessem cuidado, eles, que se diziam defensores da democracia, em aceitar a crítica, mesmo que fosse dura, mesmo que fosse feroz, em tentar corrigir a deriva, em corrigir o erro, em pedir conselho a quem diz na crítica, a quem estava do outro lado, mas que os podia ajudar, como, aliás, o próprio Governo da AD pedia colaboração no sentido de afirmar um programa, se não fossem capazes de o fazer iriam de ter que pegar em armas. Era de história, era professor de história, era licenciado em história, sabia do que falava. Mais dia menos dia, se eles que se diziam da democracia, e reconhecia a todos os que ali estavam como elementos da democracia, como facilitadores, como defensores da democracia, e isso era o maior exemplo de democracia que podia ali dar. Não fazia distinção nesse ponto sublime entre PSD, entre CDU, entre PC, entre PS, eram todos da democracia, porque estavam ali eleitos pelo povo português.

E era isso que queria dizer, um dia daqueles iriam ter que pegar em armas, e ele pegaria em armas para defender a democracia, na Europa, no Mundo, pegaria se o aceitassem com 65 anos, com muita honra, não com muito prazer, infelizmente, mas com muita honra, porque estaria a defender aquilo que era um valor primeiro da vida em comunidade.

Era verdade que às vezes no argumentar exageravam, na argumentação exageravam, mas nunca se iria esquecer, o senhor Presidente, naquele dia, já tinha dito algumas coisas chocado, com algumas palavras que considerou críticas, mas o senhor Presidente tinha dois pesos e duas medidas, quando, às vezes a crítica vinha de outras maneiras não a defendia, quando atacava, por exemplo, a bancada do PSD ou do PS também não defendia, não inibia. Quando o senhor Vereador Rabaçal, que era uma pessoa competente, que considerava competente, tinha as suas falhas, com certeza como todos tinham, tinha-lhe dito, *“chimpando-me na cara que eu não era competente porque não era professor de matemática”*, o senhor Presidente não tinha nada, não o chamou à atenção, portanto, o que dizia era: *“dois pesos e duas medidas”*, naquela reunião, naquela Câmara, não era o caminho a favor da democracia, e não queria dar mais lições de moral a ninguém, porque *“em democracia todos nós valem um”*, valia aquela sua opinião, era a sua opinião.

Agradeceu aquele tempo, e ali estaria para continuar a defender, naturalmente, aquilo que eram as ideias do seu partido, e naturalmente, aquilo que era um valor primeiro, e que tinha a ver com o que comemoravam, o valor de abril, o valor da liberdade, da democracia e de um futuro melhor Portugal.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que queria defender a honra da bancada do PSD, perante uma afirmação que o senhor Vereador Vítor Ferreira tinha acabado de fazer.

Sr. Presidente – Disse que já lhe dava a palavras, mas primeiro, e sem pedir a defesa da honra, disse que já conhecia o senhor Vereador Vítor Ferreira há muitos anos, naquelas lides da política, e por isso tinha o maior respeito pela sua forma, muitas vezes, regularmente de intervir e de estar, mas tinha pensado que o senhor Vereador Vítor Ferreira quando tinha pedido a palavra, e, em defesa da honra, que vinha colocar a questão da intervenção e da forma como o senhor Vereador Fernando José tem intervindo durante aquela sessão. Não o tenha feito e lamentava.

Quando o senhor Vereador Vítor Ferreira dizia que o Presidente da Câmara tinha 2 pesos e 2 medidas, e deu algumas explicações, em democracia, e porque não era coisa grave, reconhecia que havia entendimentos diferentes sobre as questões, entendia e porque estavam em democracia O que o chocava, era verdade ele também o disse, é que houvesse Vereadores do Partido Socialista que tivessem comportamentos, como o senhor Vereador Fernando José ali teve naquele dia.

Do seu ponto de vista, ofendeu todos os elementos daquela Câmara Municipal. Não precisava de pedir a defesa da honra, porque o seu comportamento, a sua seriedade, a sua forma de estar perante a vida era superior àquele tipo de intervenções, eram intervenções mesquinhas, intervenções que eram feitas sempre em bicos de pés, e isso era a forma de estar de um Vereador da oposição, ali na Câmara Municipal: *“que não é de hoje, mas que hoje excedeu aquilo que é os limites”*, já lhe disse, e, portanto, acabou por fazer aquela declaração que era justa.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que queria fazer a defesa da honra, não pessoal, mas da bancada do PSD, porque o senhor Vereador Vítor Ferreira tinha feito uma afirmação, no mínimo inadmissível, e não queria usar o tom com que faziam as suas intervenções, normalmente tinha um tom mais civilizado e mais calmo.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que sim, mais civilizado e mais calmo, principalmente relativamente a ele.

Em que momento é que o PSD o condicionou democraticamente, para o senhor ter razões de queixa, e para fazer a afirmação que fez, que o PSD o limitou democraticamente.

Deixou essa pergunta porque exigia uma explicação, porque era suficientemente grave para exigir uma explicação.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que tinha feito uma pergunta diretamente ao senhor Vereador Vítor Ferreira, que cobardemente estava a fugir à resposta.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que tinha uma proposta, uma sugestão para fazer aos senhores vereadores, tinham muitos períodos antes da ordem do dia, dali até ao final do mandato.

(burburinho na sala)

Sr. Presidente – Disse que tinha uma proposta, uma sugestão para fazer aos senhores Vereadores. Disse que tinham muitos períodos antes da ordem do dia daqui até ao final do mandato.

(burburinho na sala)

Sr. Presidente – Disse que estava a fazer uma proposta, os senhores aceitavam ou não aceitavam.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse terem matéria suficientemente importante para o interesse de Setúbal, dos setubalenses e dos azeitonenses.

Sugeriu que terminassem ali o período antes da ordem do dia, que iniciassem a discussão das propostas e que em próxima reunião, no período antes da ordem do dia, se assim o entendessem, como era óbvio, em democracia poderem voltar a colocar as questões, só pedia era que o fizessem de outra forma.

Havia muita forma de colocarem questões, de dizerem aquilo que era a nossa forma de avaliar. Fez aquela proposta, porque a continuar naquele tipo de funcionamento não prestavam um bom serviço a Setúbal e aos setubalenses, e por isso daria por terminada aquela reunião.

Ficava ao critério dos senhores Vereadores. Perguntou ao Partido Socialista se concordava com isso?

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que se não estavam de acordo com isso, ia dar a palavra uma vez, se voltassem a por a questão nos mesmos termos daria por encerrada aquela reunião, porque não tinha condições para continuar, não estavam a defender os interesses de Setúbal e dos setubalenses.

(intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que era o entendimento de cada um, não era o seu entendimento e, por isso era ele que decidia.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que o senhor Vereador Fernando Negrão tinha falado em cobardemente, e quis responder ao cobardemente. Disse o seu nome completo e o seu número do cartão de cidadão:” *é a minha resposta ao cobardemente*”.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Perguntou pela sua resposta à pergunta que lhe tinha feito diretamente. Disse que não queria música, o senhor Vereador era especialista em dar música.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que queria era a resposta à pergunta. Cobardemente o senhor Vereador recusou-se responder. E essa cobardia estendia-se a toda a bancada do Partido Socialista.

Sr. Presidente – Disse que face à situação que estava criada, dava por encerrada aquela reunião de Câmara.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a afirmação que tinha sido feita pelo senhor Vereador Fernando Negrão não podia ficar sem resposta.

O senhor presidente deu por encerrada a reunião.

Os trabalhos foram retomados às 18h00.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que às 18h30 impreterivelmente teria que se ausentar por razões de natureza pessoal inadiáveis.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 208/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DMAGPE – Projeto de Regulamento de Exploração de Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Setúbal - Consulta pública

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 9 e 10, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 209/2024 – Proposta n.º 35/2024 – DAF/DICOR – Retificação dos investimentos previstos no procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais – 2024

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 11 e 12.

Sr. Presidente – Propôs que analisassem em conjunto as deliberações n.ºs 209, 210, 211 e 213, porque todas elas eram interdependentes. Como era do conhecimento dos senhores vereadores aprovaram em reunião de câmara e na sessão da Assembleia Municipal, três propostas de contrato de empréstimo. Relativamente à primeira proposta a mesma estava em desenvolvimento tendo já o visto do Tribunal de Contas.

Relativamente ao segundo empréstimo, a deliberação n.º 209 tinha em anexo um parecer do Tribunal de Contas, sendo que o mesmo solicitara à Câmara Municipal que fossem ponderadas as questões levantadas. Um primeiro conjunto de questões, tal como constava no referido parecer, estaria relacionado com a consideração de algumas propostas de investimento que o Tribunal de Contas tinha dúvidas se seriam exatamente investimentos ou se seriam outro tipo de intervenções. Conforme a avaliação que foi feita existiam determinadas propostas que levantavam aquelas dúvidas, por essa razão decidiram retirá-las da proposta de empréstimo no que se referia ao segundo e ao terceiro empréstimo. Significava que as deliberações que estavam para apreciação já não continham as propostas de obras consideradas e que levantaram dúvidas ao Tribunal de Contas.

Disse que o Tribunal de Contas levantou outra questão sustentada na lei. As duas propostas do segundo e terceiro empréstimo que foram à apreciação da Assembleia Municipal tiveram uma votação que não correspondia à maioria dos deputados, significava que o número de votos favoráveis tinha de ser metade e mais um, o que não acontecera, tendo havido uma maioria de votos favoráveis, mas a maioria dos deputados abstivera-se e relativamente ao terceiro empréstimo houve um voto contra. Aquelas propostas teriam que voltar a sessão da Assembleia Municipal, no sentido de existir uma votação na qual fosse expressa uma maioria de votos favoráveis. Aquela foi a razão da apreciação das propostas em questão.

Relativamente ao segundo empréstimo fizeram a substituição de algumas propostas de investimento e substituíram por algumas que estavam no terceiro empréstimo, mantendo o valor global que tinha sido aprovado e que fora sujeito a consulta pública.

Naquele sentido, já tinha sido informada a entidade de que estariam a proceder àquela iniciativa, considerando que não haveria problema, porque o valor global seria o mesmo. Retiraram do terceiro empréstimo algumas propostas e entregaram no segundo empréstimo, não havendo alterações no valor global.

Aquela proposta precisava apenas de ir à reunião da Câmara Municipal, enviariam posteriormente a sessão da Assembleia Municipal, na qual a mesma tivesse a metade dos

votos e mais um, para que tivesse as condições que o Tribunal de Contas recomendou. Por aquela razão foi marcada uma Assembleia Municipal extraordinária no dia 15 de abril, no sentido de dar o andamento mais rapidamente possível ao processo e para que o Tribunal de Contas desse o visto à proposta.

Relativamente ao terceiro empréstimo dividiram em dois pedidos, sendo que o mesmo teria de voltar à consulta pública, uma vez que houve alterações. Dividiram em dois, porque havia um conjunto de obras significativas, de obras mais pequenas e de valor menor, permitindo desenvolver essas obras o mais rápido possível. Os empréstimos precisavam de ir à reunião de câmara, posteriormente enviariam para a Assembleia Municipal, a qual autorizaria a consulta das entidades, depois voltaria a reunião de câmara e seguiria para a Assembleia Municipal para aprovação do empréstimo final.

No caso da segunda proposta, que era de um valor de três milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e oito euros e sessenta e seis cêntimos, o mesmo seria inferior, 10% do investimento previsto no orçamento em vigor, por essa razão ganhava-se o tempo de ir a uma das sessões da Assembleia Municipal, logo que fosse aprovado em reunião de câmara não precisaria de ter autorização da Assembleia Municipal, seguindo de imediato para consulta pública, regressaria posteriormente a reunião de câmara e depois iria à sessão da assembleia. Aquela era a razão por que dividiam aquela proposta.

A terceira proposta, no valor de dez milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta euros, correspondia a investimentos em grandes equipamentos, na construção do Pavilhão Desportivo de Azeitão, na qualificação da envolvente ao pavilhão desportivo estando previsto a instalação na área lateral onde funcionava o mercado mensal de Azeitão, havendo a necessidade de uma requalificação em toda a envolvente, que seria de valor avultado e a construção da nova biblioteca municipal.

Aquelas seriam as justificações por que estariam em apreciação aquelas três propostas, porque o Tribunal de Contas considerava que algumas das propostas não correspondiam a investimentos e porque, no cumprimento da lei, a Assembleia Municipal não votou favoravelmente as propostas por metade dos deputados e mais um e a necessidade da divisão do terceiro empréstimo em duas propostas, no sentido de poderem ganhar tempo na obtenção do visto do Tribunal de Contas, cujas obras que tinham os projetos finalizados, pudessem rapidamente entrar em concurso e serem realizadas.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse saber que já não estavam no Período de Antes da Ordem do Dia, mas não queria deixar de afirmar que a acusação que a sua bancada tinha sido alvo por parte do senhor vereador Fernando Negrão teria numa próxima reunião de câmara a devida resposta.

Relativamente às propostas em análise, disse importar questionar se as intervenções, na sequência daquilo que era o ofício do Tribunal de Contas, o executivo necessitaria de retirar do valor do investimento global para a contratação daqueles empréstimos, nomeadamente a intervenção viária na Rua José Silva Xavier, intervenção viária na rua Doutor Agostinho Machado Faria, a requalificação da Avenida Luísa Todi, a requalificação de espaço público entre a Rua Líbano Braga e Rua Maria Campos, a requalificação de espaço público entre a Praceta Virgínia Rau e a Praceta Sociedade Arqueológica Lusitana e repavimentação de arruamentos do Bairro Dias e envolvente ao IPS, Estrada de Santas e Rua Vale de Chaves.

Questionou se seriam feitos com a gestão corrente do município. Recordou que quando discutiram aquelas propostas a sua bancada tivera a oportunidade de afirmar que uma parte daquilo que eram os investimentos previstos, se enquadravam naquilo que seria a gestão corrente do município, não devendo ser financiados mediante um empréstimo de médio/longo prazo a 20 anos. Aquele ofício do Tribunal de Contas vinha validar aquilo que foram as suas afirmações.

Relativamente àquilo que era a proposta n.º 35, na qual foram incluídos quatro investimentos que constavam do grande bolo de mais de 15 milhões de euros, que seria o terceiro empréstimo de médio/longo prazo, dos quatro investimentos alocados na construção da envolvente ao auditório municipal, o novo mercado de Brejos de Azeitão, a execução do

parque verde da Brejoeira junto à Rua do Kimbo, a execução do Parque Verde da Quinta da Amizade e a construção do passeio ciclável na Estrada de Algeruz. Dos quatro, três pareciam ter sofrido efeitos de inflação, ao contrário de todos os outros que já estavam previstos, inclusive a construção do passeio ciclável, na Estrada de Algeruz, mantinha o valor.

A construção na envolvente ao auditório municipal e ao mercado Brejos de Azeitão passou de 636 mil euros para 660 mil euros, seriam 3,84% de diferença. A execução do Parque Verde da Brejoeira, junto à Rua do Kimbo, passou de 100 mil e 700 euros para 128 mil e 800 euros. A execução do Parque Verde da Quinta da Amizade passou de 265 mil euros para 346 mil euros, um aumento de quase 31% nos custos.

Disse que compreenderiam se tivesse existido um ajuste, percebiam existirem alterações sobre os preços dos materiais e até mesmo os custos da mão de obra, perceberiam que tivesse existido uma alteração atendendo a que já decorreram alguns meses desde que avaliaram aqueles valores, compreenderiam se tivesse havido alguma alteração que fosse transversal a todas as intervenções que se pretendia fazer.

Não compreendiam de todo, porque só aquelas é que sofreram aquele aumento. Provavelmente compreendia, porque os 134 mil euros que eram colocados a mais, seriam necessários para igualar no valor de financiamento àquilo que já tinha sido aprovado, mas provavelmente aquilo que seria avisado fazer, seria reduzir aquele montante de financiamento, garantindo que se financiasse exatamente aquilo que se iria gastar.

Relativamente às propostas n.ºs 35 e 37 disse existirem intervenções, as quais se poderiam enquadrar naquilo que foram as questões levantadas no ofício do Tribunal de Contas e que a sua bancada já tinham colocado, nomeadamente a requalificação do quarteirão urbano da Praceta Joaquim Guerreiro e Rua Libânio Braga na proposta n.º 35, mas também a execução de escadas e pavimentos na Travessa Olhos de Água e Travessa Padre Galvão no Casal das Figueiras e a execução de arranjos exteriores na Praceta da Primavera na proposta n.º 37.

Pela descrição daquelas três intervenções, elas poderiam enquadrar-se naquilo que era a gestão corrente e não naquilo que corporizava o investimento.

Na proposta n.º 37, disse existir algo que não fazia sentido, o financiamento em 954 mil euros para a construção do Campo Júlio Tavares.

Aquando do Período de Antes da Ordem do Dia a discussão versava sobre propostas discutidas na reunião anterior, sendo que na reunião anterior foi aprovada uma alteração ao contrato de concessão de estacionamento tarifado.

Naquela alteração ao contrato existia uma alteração ao anexo 9, à contrapartida que o concessionário tinha que dar à câmara sob a forma de obra, a contrapartida que a Data Rede tinha que entregar ao município, que seria a requalificação ou a construção do Campo Júlio Tavares.

O município não iria certamente financiar a obra que a Data Rede iria fazer e como aquilo não iria acontecer, a construção do Campo Júlio Tavares, nunca poderia constar de uma proposta que estivessem a votar, pelo que não fazia sentido que o mesmo acontecesse.

No que respeitava à proposta n.º 39, disse que já tinham debatido aquilo que era a pertinência ou não de determinados investimentos. A bancada do Partido Socialista mantinha a sua posição no que respeitava ao investimento de seis milhões e meio de euros na construção da nova biblioteca municipal. Entendiam existirem outras prioridades, pois tratava-se de um investimento que os Vereadores do Partido Socialista, tal como não acompanharam a primeira versão da proposta de financiamento, também não iriam acompanhar aquela.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, feita a análise dos acórdãos do Tribunal de Contas, constataram que a câmara tinha feito um esforço no sentido de compatibilizar as propostas, de acordo com as sugestões e as críticas feitas pelo Tribunal de Contas. Nalguns casos a sua bancada não faria daquela forma, mas acharam que aquele seria também um caminho.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marques, que quando apresentavam os pedidos de empréstimo seriam por valores dos orçamentos que lhes eram apresentados conforme os projetos.

Disse ser preferível que os valores dos empréstimos fossem acima dos custos da obra do que pedirem os empréstimos e depois o valor do empréstimo não cobrir o custo da obra, situação que já tinha acontecido. Tiveram a oportunidade, na alteração da primeira proposta, de poder considerar alguns valores, cujos serviços consideraram que se justificava a sua execução. Não pediam empréstimos para o dinheiro ficar desperdiçado, uma vez que quando se fazia a obra, o dinheiro pedido à entidade bancária que garantia o empréstimo, seria pelo pagamento das faturas e dos autos que eram feitos. Não se gastando o dinheiro proposto pelo empréstimo, quando a câmara fizesse as contas com a entidade bancária, apenas fazia em função dos valores gastos com a obra.

Disse ser sempre preferível que o empréstimo fosse acima do valor da obra para que o orçamento da Câmara Municipal tivesse que servir de complemento ao empréstimo, sendo a razão por que havia alguns projetos de acordo com aquela oportunidade.

O importante era garantir o valor final para que não tivessem de fazer uma nova consulta ao mercado e para que o Tribunal de Contas também considerasse aquele esforço feito pela Câmara Municipal, tal como tinha sido referido pelo senhor vereador Fernando Negrão, indo de encontro àquilo que eram as recomendações e as considerações do Tribunal de Contas, sendo muito importante garantir o visto do Tribunal de Contas sobre aquelas obras.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que havia uma questão que estaria relacionada com aquilo que era a inclusão na proposta de financiamento, na construção do Campo Júlio Tavares, que tinha sido o novo anexo do contrato de concessão.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marques que se encontravam num processo com a DATAREDE.

Disse constar nas atas das reuniões com a referida empresa, que decorriam há mais de um ano, que a mesma assumisse a referida obra. Colocaram a questão à empresa e deram um prazo para a empresa se pronunciar, pelo que iriam atuar em conformidade, no entanto, não daria garantia que aquela obra nas Praias do Sado fosse concretizada. Se o processo com a empresa não ocorresse em prazo útil, que no próximo ano aquele campo estivesse em condições de poder ser utilizado por aquela população, certamente aquele empréstimo iria garantir a construção do referido equipamento. Se a empresa quisesse assumir o compromisso, naturalmente que a empresa faria a obra e a Câmara Municipal não seria de forma nenhuma penalizada pela situação.

Disse que o Partido Socialista há 10 anos que andava a dizer que a CDU prometera construir uma biblioteca e ainda não a construiu, tratava-se de uma campanha feita pelo Partido Socialista, mas não era por isso que decidiram construir a biblioteca, dado que sempre pensaram que poderia haver uma altura em que houvesse fundos comunitários que ajudassem a cofinanciar a biblioteca, no entanto, até à data não tinha havido os referidos fundos e também não estaria previsto que houvesse financiamentos para bibliotecas na Área Metropolitana de Lisboa.

Entendiam que a biblioteca era um equipamento fundamental a uma cidade, uma capital de distrito, porque Setúbal merecia ter uma biblioteca que honrasse e servisse a população do concelho de Setúbal e de outros que a quisessem frequentar.

Que ficasse registado a mudança de opinião relativamente a um equipamento que sempre o consideraram tão importante e que o Partido Socialista ao fim de tantos anos de andar a acusar a CDU de ter prometido uma biblioteca e não a construir e quando decidiram construir, o Partido Socialista não estava de acordo com o investimento. Referiu que se tratava de uma nota de rodapé.

Disse interessar centrarem-se naquelas questões que estavam em debate, para que viabilizassem o mais rapidamente possível aquelas propostas, no sentido que as mesmas tivessem o visto do Tribunal de Contas e que as obras se pudessem concretizar.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que no Tribunal de Contas não era sempre o mesmo juiz a avaliar os projetos, mas naquele caso estariam a avaliar um empréstimo. As propostas iniciais feitas, correspondiam àquilo que era experiência tanto da Câmara Municipal de Setúbal como de outras câmaras municipais com vistos de atribuídos pelo Tribunal de Contas. A Câmara de Setúbal não apresentou propostas incorretas.

Referiu existirem opiniões distintas e que eram válidas, às quais não teria competências para as avaliar.

No processo relativamente ao segundo empréstimo de médio/longo prazo daquele mandato, houve a apreciação que atualmente tinha aquele ofício do Tribunal de Contas que acompanhava a primeira proposta em apreciação. Na opção e no aconselhamento que tiveram no processo, o Tribunal de Contas não colocava em causa o pedido de empréstimo que tinha sido feito, apenas referia existirem aspetos que tinham que ser corrigidos, nomeadamente um deles que teria que ser cumprido, que seria a maioria qualificada na sua aprovação na Assembleia Municipal no momento da adjudicação.

A Assembleia Municipal dera como aprovada a proposta e formalmente não o poderia ter feito. Relativamente a outros aspetos que o senhor Presidente já tinha referido e que explanara na apresentação da proposta, foi necessário ter em conta aquilo que era a apreciação feita pelo Tribunal de Contas ao fazer a correção das propostas. Se fossem fazer um novo processo, o mesmo teria que ir todo à base, nova consulta pública a bancos, novo processo de apreciação do Tribunal de Contas e naquele caso era um processo que já decorria e que não haveria novas apreciações e reapreciações.

Mencionou existirem projetos, embora naquilo que era a comunicação do Tribunal de Contas, pelo título que pudessem parecer que se enquadravam, nomeadamente o exemplo referido pelo Vereador Joel Marques sobre a Praceta Joaquina Guerreiro.

A análise do projeto de construção da Praceta Joaquina Guerreiro demonstrava que o argumento do Tribunal de Contas era válido e não tinha aplicação àquele projeto em concreto, uma vez que estariam a falar de um ermo na cidade, sendo tudo investimento novo, tal como aqueles que estavam na proposta n.º 37, referente ao quarteirão definido pela Avenida D. Henrique e ruas António Forjaz, Pulido Valente e Bairro Afonso Costa.

A opção que se propunha era não incluir na proposta, tendo que existir uma avaliação do ponto de vista do funcionamento da câmara e ver outras formas de financiamento de outras propostas.

Pela informação já transmitida ao Tribunal de Contas não teria cabimento naquela proposta.

Os empréstimos que pediam eram empréstimos até um determinado valor. A câmara apenas poderia utilizar o valor do empréstimo por conta de despesa que seria efetuado. A título de exemplo referiu o primeiro empréstimo que aprovaram relativamente à Estrada N.º10/4, na zona da Mitrena.

Disse que fizeram o pedido de empréstimo no quadro de financiamento do PRR, entretanto na reprogramação conseguiram financiar um valor superior, certamente que não iriam utilizar aquela parte do empréstimo e não iriam ter os encargos sobre a utilização daquela parte do empréstimo que não iria ser utilizado. A câmara apenas se iria financiar no exato valor da despesa efetuada na faturação que verificasse e não noutros valores.

Referiu que no caso das autarquias locais, aquele tipo de empréstimos não os permitia utilizar em mais nada, a não ser na obra em concreto e naquilo que era gasto efetivamente e não noutros eventuais projetos.

Ausentou-se da sala de reuniões o senhor Vereador Fernando Negrão.

Sr. Vereador Joel Marques – Agradeceu as explicações dadas pelo senhor Vereador Ricardo Oliveira. Não estaria enganado ao afirmar que aquilo que contava para a contabilização daquilo que era a capacidade de endividamento do município, seria o limite máximo contratado e não o capital a ser utilizado em cada momento.

Ao contratarem o financiamento acima e ao empolarem os valores de despesa face àquilo que era o inicialmente apresentado, num caso em 30% e no outro caso em 27%, quase 28%,

estariam a estreitar o caminho futuro e gradualmente a reduzir a capacidade futura de endividamento do município.

Disse que registou a resposta do senhor Presidente, relativamente à construção do Campo Júlio Tavares, no entanto, a Câmara Municipal deliberara na última reunião, no sentido de fazer uma alteração ao contrato de concessão de estacionamento tarifado, uma alteração unilateral. Se o município tomara a deliberação de alterar unilateralmente o contrato, alterando particularmente aquilo que era o conteúdo do anexo 9, substituindo a obra que estava prevista, que durante aqueles três anos o município decidira que não seria obra mais indicada, com a qual até concordavam, não poderia vir o mesmo município em pouco mais de uma semana, decidir unilateralmente alterar o anexo 9 e dizer que a contrapartida que o concessionário de estacionamento tarifado à superfície em Setúbal tinha que entregar ao município a requalificação ou construção do Campo Júlio Tavares e posteriormente vir dizer que aquilo que era a relação com a empresa era um processo moroso e que a referida empresa até poderia não aceitar, tendo o garantir o financiamento para a execução da obra, o que não fazia sentido. Se a deliberação foi no sentido de aquele custo ser imputado no âmbito daquilo que era a contrapartida devida ao município, que devia ter sido já realizada há três anos, não fazia sentido irem financiar uma obra da qual já tinham decidido que iria ser a contrapartida de um contrato de concessão.

Sr. Presidente – “Financiar” foi uma expressão utilizada pelo senhor Vereador Joel Marques. Disse desconhecerem quanto tempo iria demorar o processo da relação da câmara com a empresa. Terá dito haver mais de um ano, que nas atas de reuniões com a empresa, constava aquela falha.

A empresa nunca o fizera e a câmara tinha a obrigação de dar satisfação àquilo que eram as necessidades das populações. Quando pediam um empréstimo, não contraíam nenhum compromisso, não substituíam aquilo que deliberaram na última reunião, preveniam uma situação. Se aquele processo se arrastasse no tempo, estariam através daquele empréstimo, que só teria custos para o município quando o mesmo fosse acionado, pelo que teriam tempo para tomar a respetiva decisão.

Aquilo que estariam a fazer era apenas prevenir.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os Vereadores do Partido Socialista tinham ficado preocupados com as afirmações do senhor Presidente. Quando o senhor Presidente afirmou que há mais de 10 anos os Vereadores do Partido Socialista criticavam o facto de a CDU ter anunciado a construção de uma biblioteca e nunca ter concretizado, não significava que os Vereadores do Partido Socialista concordassem com a promessa feita pelos Vereadores da CDU e pela CDU.

Disse que não tinha sido há 10 anos, o senhor Presidente estava equivocado, ainda Carlos Sousa, o saneado camarada do Partido Comunista, era presidente.

Sr. Presidente – Disse que não era verdade.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era verdade.

Sr. Presidente – Disse que teria de reagir quando verificava que as pessoas não diziam a verdade.

Sr. Vereador Fernando José – Disse ser verdade, a promessa foi feita por Carlos Sousa enquanto Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, na construção de uma nova biblioteca. O Partido Socialista era um partido organizado, tinha a informação das várias promessas e os vários compromissos assumidos pela CDU ao longo dos anos. Compromissos que nunca foram cumpridos, nunca passaram do papel e nunca saíram da gaveta. Certamente que o senhor Presidente não pretendia que lhe recordasse os inúmeros projetos, os inúmeros

investimentos de milhares de milhões prometidos pelo antigo Presidente da Câmara Municipal de Setúbal Carlos Sousa, pela Presidente Dores Meira e que nunca foram concretizados.

Disse que não havia nenhuma alteração da parte dos vereadores do Partido Socialista, nem do Partido Socialista em Setúbal, aquilo que existia era um continuar de arrastar dos pés. Disse que estiveram a falar do tempo de Carlos Sousa, passaram anos e anos, muitas promessas foram feitas e as coisas não se concretizaram.

Aquilo que a CDU foi prometendo e os Outdoors que foram colocando no Largo José Afonso, no sentido de prometer naquele espaço a construção de uma biblioteca, na verdade, não se tinha ainda concretizado. Tratava-se apenas de promessas e de compromissos que assumiam com os setubalenses e que não cumpriam e era contra isso que os vereadores do Partido Socialista se insurgiram. Contra o facto de a CDU fazer promessas, assumir compromissos e não cumprir e, por essa razão diziam que bastava de arrastar os pés, porque uma cidade que se queria afirmar verdadeiramente como capital de distrito, como capital do futuro, não poderia continuar a jogar fora as suas enormes potencialidades.

Na última reunião de câmara existiu uma proposta de alteração ao anexo 9. Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta de recomendação que ia naquele sentido, porque nunca concordaram com aquilo que estava no anexo 9.

Disse que aquela empresa e aquela privatização do estacionamento tarifado não caíram do céu, surgira na cidade de Setúbal uma invasão feita por uma empresa que não se sabia de onde vinha. A privatização do estacionamento tarifado acontecera em Setúbal, porque a Câmara Municipal de Setúbal de maioria CDU decidira lançar um concurso por 40 anos, com um aumento de 500%. Não foi a oposição, não tinham sido os Vereadores do Partido Socialista, mas o executivo CDU que decidira avançar com um concurso para a concessão do estacionamento tarifado por 40 anos e com o aumento de estacionamento em 500%, não foram os Vereadores do Partido Socialista que tiveram qualquer participação naquele processo.

O anexo 9 não tinha sido desenhado pelos Vereadores do Partido Socialista, o anexo 9 era da exclusiva responsabilidade do executivo CDU. Bem poderia o senhor Presidente tentar atirar as responsabilidades para os serviços da Câmara Municipal de Setúbal, porque não foram os serviços, os trabalhadores, os dirigentes que foram responsáveis. Disse que houve uma decisão política de incluir no anexo 9 a construção de uma parede, de um muro no Largo José Afonso, naquele auditório.

Disse que gastar um milhão e duzentos mil euros naquela obra era uma situação incompreensível. Os Vereadores do partido Socialista levantaram aquela questão e afirmaram em reunião de câmara mediante proposta de recomendação que aquele valor deveria ser utilizado na requalificação de outra infraestrutura ou na construção de outra infraestrutura. O anexo 9 previa que a empresa concessionária teria de dar início à obra um mês após assinado o contrato de concessão, contrato que tinha sido assinado no dia 21 de maio de 2021 e à data a Câmara Municipal de Setúbal recebera mais de quatro milhões de euros pelo contrato de concessão. Passara um mês e a empresa não avançara, decorreram vários meses, decorreram três anos, a obra era para estar concluída em junho de 2022. Ainda bem que a obra não foi concluída, porque seria um erro que os senhores admitiram fazer na requalificação no Auditório do Largo José Afonso, mas os senhores continuavam a arrastar os pés e era isso que os preocupava.

O senhor Presidente acabou de afirmar que colocaram à consideração da empresa. Aquilo que votaram na última reunião de câmara não foi colocar à consideração de empresa, mas tomar uma decisão de alteração do anexo 9. Certamente que a empresa se iria pronunciar, aceitando ou não aceitando. Disse que houve uma decisão unilateral por parte da Câmara Municipal e não brincavam, aquela decisão era para ir para a frente. Enquanto Vereadores do Partido Socialista poderiam não concordar com aquela requalificação, poderiam entender que o valor de um milhão e duzentos mil euros poderia ser feito para outra qualificação ou para a construção de outra infraestrutura.

Disse que seria normal, porque tinham posições divergentes, mas entendiam que seria melhor avançar para a requalificação daquele espaço desportivo na freguesia do Sado do que

fazer a aberração no Auditório do Largo José Afonso, sobre o qual os senhores tinham um projeto feito e sobre o, qual todos os munícipes contribuíram para a elaboração daquele projeto, o qual iria parar ao “caixote do lixo”.

O senhor Presidente pôs em nota de rodapé que colocaram à consideração da empresa. Na realidade, não colocaram à consideração da empresa, a empresa aceitava ou não aceitava, tomando em reunião de câmara uma decisão de alterar unilateralmente o anexo 9.

Questionou o senhor Presidente, caso a empresa não aceitasse e viesse dizer que não concordava com aquela alteração iriam continuar a arrastar os pés. Decorreram três anos, iriam passar quatro anos e nada tinha sido feito. Disse ser aquilo que contestavam, aquela inação, o arrastar dos pés, o não fazer acontecer.

Disse ser a crítica dos Vereadores do Partido Socialista sobre a liderança enquanto presidente da Câmara Municipal de Setúbal, sobre o executivo CDU, deixar aquela situação arrastar-se. Se a Câmara Municipal de Setúbal tinha um contrato assinado com a empresa e se a empresa tinha obrigação de avançar com a construção em junho de 2021 e não avançou e se a câmara entendera que a empresa não deveria avançar, porque era um erro, só ao fim de três anos é que chegaram àquela conclusão, só ao fim de três anos é que davam passos para alterar.

No entanto, o senhor Presidente colocou em nota de rodapé que colocaram à consideração.

Questionou o senhor Presidente, caso a empresa não aceitasse. O senhor Presidente já tinha respondido, ao ter dito que não sabia quanto tempo iria levar aquele processo, significava que aquele processo se iria arrastar no tempo.

Aquilo que criticavam, enquanto oposição que se preparava para assumir o poder em 2025, seria toda aquela inação por parte do executivo CDU, que continuava a arrastar os pés, não resolvendo um único problema dos setubalenses.

Sra. Vice-Presidente – Disse que saudava a decisão que a câmara estaria prestes a tomar, de poderem ter uma biblioteca moderna, digna de uma cidade educadora como era Setúbal. Disse que estava na câmara já há algum tempo e lamentava que não tivessem conseguido fazer a biblioteca. O primeiro motivo pelo qual não conseguiram fazer a biblioteca estava relacionado com um impedimento da Direção-Geral do Livro e do Arquivo, por causa dos fundos.

(intervenções inaudíveis)

Sra. Vice-Presidente – Referiu que quando falavam de algumas incapacidades, teriam que ir a todas as incapacidades e aquela foi uma das dificuldades entre muitas outras que o executivo da CDU encontrou, uma vez que havia fundos pagos à Câmara de Setúbal devido à implementação de uma biblioteca que, na altura seria a biblioteca digna para Setúbal, mas que não pôde acontecer.

Disse que houve a necessidade de dirimir aquelas questões, de fazer aqueles pagamentos e atualmente estariam em condições de poder dar a Setúbal uma biblioteca que Setúbal merecia.

Quando falavam de uma biblioteca municipal daquele nível e com o projeto que existia, a Câmara Municipal estaria de parabéns quando concretizasse o referido projeto e tinha a certeza que todos os seus cidadãos e todos os seus municípios ficariam muito orgulhosos de um equipamento que atualmente já muitos setubalenses usavam, mas que estava muito limitado pelas condições onde exerciam as atividades.

Disse terem várias pessoas que utilizavam regularmente a biblioteca, como era o caso dos estudantes, seniores e crianças, precisavam de fornecer um serviço de qualidade. A decisão, que fosse tomada naquela reunião, seria muito importante e lamentava que o Partido Socialista não se desligasse de certas questões, que fizesse oposição só por oposição e não tivesse a oportunidade de participar num projeto tão importante para a cidade e para o concelho como aquele.

Sr. Presidente – Disse que tinha ficado bem clarificado as razões por que é que aquelas propostas dos empréstimos iam a reunião de câmara, bem como a importância de darem um andamento rápido àqueles processos, garantido o mais rapidamente possível o início das obras, correspondendo àquilo que seriam as expectativas das populações.

Sr. Vereador Joel Marques – Solicitou que a votação dos investimentos constantes na proposta n.º 37 fosse feito em dois blocos, sendo que o primeiro bloco seriam todos os investimentos à exceção da construção do Campo Júlio Tavares e o segundo bloco seria o investimento de 954 mil euros para a construção do Campo Júlio Tavares.

Sr. Presidente – Disse que iria colocar a votação proposta a proposta.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 5 votos a favor da CDU e 5 abstenções, 4 do PS e 1 do PPD/PSD.

3. Deliberação n.º 210/2024 – Proposta n.º 36/2024 – DAF/DICOR – Revogação de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais - PPI 2024

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 13, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 1 abstenção do PPD/PSD.

4. Deliberação n.º 211/2024 – Proposta n.º 37/2024 – DAF/DICOR – Novo procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais - PPI 2024

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 a 18.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o Partido Socialista propunha que fosse feita a votação dos investimentos em dois conjuntos, sendo que o primeiro conjunto de investimentos seriam todos à exceção do último e o último seria votado de forma autónoma, que seria a construção do Campo Júlio Tavares.

Sr. Presidente – Disse que seria um pouco complicado.

(intervenção inaudível)

Sr. Vereador Joel Marques – Disse, caso fosse chumbado, o empréstimo seria aprovado por um montante inferior.

(Intervenção inaudível)

Sr. Presidente – Disse que por solicitação do Partido Socialista propôs à votação os investimentos identificados até à reabilitação da Casa Luísa Todi.
Disse que a proposta tinha sido aprovada por maioria e em minuta com a abstenção da senhora Vereadora do PSD.

Sr. Presidente – Colocou à votação o ponto de investimento, a construção do Campo Júlio Tavares Praiense.

Disse que a proposta tinha sido aprovada por maioria com os votos contra do Partido Socialista e a abstenção do PSD e os votos favoráveis da CDU.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que para salvaguardar o processo de aprovação daquela proposta, propôs que fizessem a votação da proposta tal como ficou, com a inclusão de todos os projetos de investimento, porque o que votaram foi os projetos de investimento que faziam parte do anexo, porque existia um caderno de encargos para além de um conjunto de aspetos. Para não haver dúvidas sobre a matéria, o Partido Socialista faria a declaração de voto dos seus termos e teria a sua posição relativamente à lista dos investimentos a incluir naquele empréstimo, no entanto, a proposta tinha um conjunto de peças que não eram só a lista dos empréstimos e teriam que deliberar sobre essas peças, por essa razão propôs que fizessem uma última votação sobre a proposta, conforme constava no quadro da votação que ali tinha sido feito.

Sr. Presidente – Disse que com uma votação que posteriormente levantasse problemas, iriam arrastar os outros investimentos. Disse que aquela seria a questão fundamentalmente.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que compreendia o argumentário do senhor Vereador Ricardo Oliveira, mesmo tendo a bancada do Partido Socialista um sentido de voto destinto na votação desagregada dos dois conjuntos de propostas que foram votadas, significava que a totalidade do investimento tinha acabado por ser aprovado, não lhe parecia que houvesse azo a interpretações dúbias.

Sr. Presidente – Referiu que aquilo que o senhor Vereador propusera, na sequência das votações parciais, em que cada uma das forças políticas se pronunciara, ficaria claro qual seria a sua posição relativamente a um ponto, quando se fizesse uma votação final relativamente à proposta global, porque a proposta globalmente estava aprovada, mas era preciso formalizar, por essa razão propôs à votação a proposta na globalidade, porque poderia levantar-se problemas que colocariam em causa os outros investimentos, o que seria complicado, no entanto, respeitaria a posição de cada uma das forças políticas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que à semelhança daquilo que aconteceu na reunião anterior, não teriam que fazer uma votação global após terem feito uma votação desagregada. Aquilo que teriam de fazer seria uma votação alínea a alínea, onde os Vereadores do Partido Socialista (anunciado de imediato a votação) iriam na alínea A) ter uma abstenção, porque não votaram favoravelmente o empréstimo de três milhões e quatrocentos mil euros e as restantes alíneas iriam aprovar favoravelmente. Como dissera e bem o senhor Vereador Ricardo Oliveira, seriam partes processuais que teriam que ser também ali aprovadas. Não poderiam estar a votar favoravelmente aqueles três milhões, porque votaram contra a contração do empréstimo relativamente à requalificação. Se a proposta fosse votada alínea a alínea resolveria a situação.

Referiu que nas alíneas B), C), D), E) e F) a sua bancada votaria favoravelmente, mas não poderiam votar favoravelmente a alínea a), porque a mesma levaria a abertura de um procedimento para um valor com o qual não concordavam.

O referido valor iria ser aprovado, porque iria ter o voto do PSD enquanto abstenção, mas a sua bancada não poderia estar a aprovar um valor com o qual já tinham dito que não e depois iriam dizer que sim, haveria uma incongruência na votação.

Sr. Presidente – Questionou a senhora Vereadora Sónia Martins se estaria de acordo com a proposta apresentada pelo senhor Vereador Fernando José.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que sim, que a proposta resolvia tendo em conta que teriam que aprovar pelo menos as peças procedimentais.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que aquilo que votaram anteriormente foi a lista de investimentos, não votaram a proposta de pedido de empréstimo. Imaginando que o Tribunal de Contas solicitava as atas relativamente à deliberação, não existiria nenhuma deliberação com aquilo, por essa razão é que seria a proposta. A proposta que o Partido Socialista de votar autonomamente a alínea A) não tinha problema.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não votaram contra o investimento naquele complexo desportivo e não estavam contra o investimento, para que não fosse criada uma narrativa como era usual e recordou que aprovaram na última reunião de câmara precisamente o financiamento para o fazer, aquando da aprovação da alteração ao anexo 9. Aquilo que não concordavam era o facto de terem aprovado a alteração do anexo 9 para fazer aquele investimento e depois aprovarem uma verba para fazer investimento. Significava que estariam a duplicar, estando a canalizar duas verbas, obrigaram a empresa e bem em fazer aquela requalificação e, ao mesmo tempo, estariam a pretender aprovar um empréstimo naquele valor para fazer o mesmo investimento, por essa razão votariam contra.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador Fernando José continuava a insistir naquilo que era o seu entendimento e do qual nem sequer pretendia comentar. No entanto, a argumentação e o envolvimento das duas propostas, naquela que foi votada na última reunião de câmara relativamente ao contrato com a DATAREDE e a proposta que estava ali em apreciação, seria o seguinte. Como o senhor Vereador muito bem sabia, porque era jurista e já lhe disse várias vezes, o senhor Vereador sabia muito bem que um contrato daqueles, era um contrato tão pesado que poderia levar a um arrastamento de anos na sua resolução.

O que significava na prática, caso o senhor Vereador não votasse favoravelmente aquela proposta na possibilidade de contratar um empréstimo para construir aquela obra, se a resolução daquele contrato entre a Câmara e a DATAREDE arrastasse no tempo, na prática, o que o senhor vereador estaria a inviabilizar seria a construção do campo nas Praias do Sado.

Na prática, significava que o senhor vereador ao não votar aquela proposta inviabilizaria a construção do campo de jogos nas Praias do Sado, caso se verificasse um arrastamento do processo do contrato com a DATAREDE. O senhor Vereador tinha a oportunidade de alterar a sua posição.

Disse que a Câmara Municipal ao estar a propor a contratação de um empréstimo para a construção do campo não comprometia nada em termos de valor com a construção do campo. Só passaria a ter custos com aquela operação quando se iniciasse processo da execução da obra, até lá não haveria nenhuma responsabilidade financeira da parte da Câmara Municipal perante a entidade bancária que financiasse aquele empréstimo.

Tudo o resto que se pudesse dizer seriam argumentos que teriam de respeitar, mas os factos eram aqueles. Caso pretendessem manter a posição de colocar à votação alínea a alínea, no sentido de ultrapassar aquele problema, para que ficasse garantido que até ao final de 2024 o Campo Júlio Tavares no Praiense iniciaria a sua construção, sendo aquela a questão que estaria em causa.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que já não era a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira que o senhor Presidente, sempre que estavam na discussão de propostas, jogava para cima da mesa o facto de ser jurista. Disse ser jurista e tinha sido licenciado em direito, pós-graduado em direito e segurança social, tinha uma série de formações de percurso profissional e currículo que era sobejamente conhecido. Referiu que nunca ouviu o senhor Presidente colocar a questão de ser jurista ou não à anterior presidente de câmara. A anterior presidente de câmara era jurista-advogada, a anterior presidente de câmara foi responsável pela elaboração daquele contrato.

Questionou a razão pela qual o senhor presidente sistematicamente estaria a colocar a questão de ser ou não jurista.

Sr. Presidente – Disse que era uma verdade, não estaria a dizer mentira nenhuma.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não dizia mentira nenhuma, no entanto, não teria que levantar aquela questão na reunião de câmara.

Mencionou que seria uma vantagem na análise que faziam das propostas pela formação académica. Aquilo que o senhor Presidente demonstrou com a sua intervenção e com o facto de lhes apresentar a proposta de investimento era uma fraqueza política, relativamente ao argumentário da proposta que lhes apresentou na última reunião de câmara.

Referiu que foi um navegar à vista tudo aquilo que ali tinha sido espelhado. Solicitou ao senhor Presidente que colocasse à votação a proposta nos termos em que os Vereadores do Partido Socialista requereram.

Sr. Presidente – Disse que iria colocar à votação, para que ficasse garantido quando a proposta fosse à Assembleia Municipal levasse os projetos de investimento de todas as obras que constavam naquela proposta e para que não houvessem dúvidas colocaria à votação os investimentos, um a um.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que seria a parte deliberativa da proposta.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que seria só votar a alínea A) da parte deliberativa e depois todas as outras em bloco.

O Sr. Presidente submeteu a votação a alínea A) “A abertura do procedimento de contratação do empréstimo de médio longo prazo, investimentos municipais, PPI 2024 no valor de 3.469.498,66€.”, tendo sido aprovada por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 5 abstenções do PS e PPD/PSD.

As restantes alíneas, B), C), D), E) e F) foram aprovadas por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração de voto: *“Para dar nota, na sequência daquilo que foi a intervenção desta bancada na discussão da proposta, que a abstenção do Partido Socialista não alínea A) e o voto contra naquilo que é o valor de investimento previsto para a construção do Campo Júlio Tavares, se refere aquilo que é também a decisão e remete para aquilo que é a deliberação de câmara da reunião anterior. Considerando que é uma duplicação, entendemos não acompanhar esta proposta específica de investimento.”*

5. Deliberação n.º 212/2024 – Proposta n.º 38/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Consulta prévia n.º 44/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de segurança privada em edifícios municipais, pelo período de 38 meses, ao abrigo do lote 3 do acordo quadro AQ-VS-2022 – ID 4313135, promovido pela ESPAP - Ratificação de despacho de alteração de prazos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 213/2024 – Proposta n.º 39/2024 – DAF/DICOR – Abertura de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Investimentos municipais - PPI 2024 - Equipamentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 a 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, 5 da CDU e 1 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista absteve-se nesta proposta, porque esta contempla a parte mais significativa deste valor de financiamento, a construção da nova biblioteca municipal que, no âmbito daquilo que são os investimentos de que este concelho necessita, nós consideramos que não será prioritário e entendemos que este financiamento não será de acompanhar.”*

7. Deliberação n.º 214/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 1/2023/DRH/DM

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação secreta, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta pelos votos expressos.

Sr. Vereador Fernando José – Dado o adiantado da hora, os Vereadores do Partido Socialista sugeriram que as deliberações n.º 215 à deliberação n.º 219 fossem votadas em bloco.

Disse que, na sequência da interrupção da reunião de câmara não tinha sido possível a apresentação das três saudações que a sua bancada tinha para apresentar.

Sr. Presidente – Estando todos de acordo, disse que votariam em conjunto a deliberação n.º 215 até à deliberação n.º 219 inclusive, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 215/2024 – Proposta n.º 65/2024 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de obras de urbanização - Processo n.º 455/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 28 a 31 (ver ponto 7).

9. Deliberação n.º 216/2024 – Proposta n.º 66/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de alteração no decorrer da obra, em edifício habitacional - Processo n.º 210/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 32 (ver ponto 7).

10. Deliberação n.º 217/2024 – Proposta n.º 67/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de demolição e construção de edifício plurifamiliar - Processo n.º 227/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33 (ver ponto 7).

11. Deliberação n.º 218/2024 – Proposta n.º 68/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de reabilitação/alteração em imóvel - Processo n.º 392/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34 (ver ponto 7).

12. Deliberação n.º 219/2024 – Proposta n.º 69/2024 – DURB/GARIU – Continuidade de 14 painéis publicitários

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 35 e 36 (ver ponto 7).

Sra. Vereadora Sónia Martins – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 37 e 38.

**“Saudação
Aniversário Sado Acolhe**

No dia 1 de abril de 2009, foi fundada a Sado Acolhe - Associação de Apoio às crianças, jovens e idosos da Freguesia do Sado, que agora celebra o seu 15º aniversário. Desde a sua criação, esta associação tem procurado de forma primordial implementar um equipamento de apoio à comunidade com diversas valências, nomeadamente centro de dia, lar de idosos, jardim de infância, Serviço de Apoio Domiciliário, lar para terceira idade, creche, e desenvolver atividades de apoio aos jovens e crianças da freguesia.

Nestes 15 anos de existência, a Sado Acolhe tem desempenhado um papel fundamental na promoção do bem-estar e qualidade de vida dos mais vulneráveis da comunidade. Através das suas múltiplas valências e serviços, tem sido um farol de apoio e solidariedade para crianças, jovens e idosos, proporcionando-lhes cuidados e atividades enriquecedoras que contribuem para o seu desenvolvimento pessoal e social.

A dedicação e empenho dos colaboradores e voluntários da Sado Acolhe têm sido essenciais para o sucesso e impacto positivo desta associação ao longo dos anos. O seu compromisso com a causa e a sua generosidade têm permitido que milhares de pessoas tenham acesso a serviços e cuidados de qualidade, tornando a Sado Acolhe uma referência na comunidade e um exemplo de solidariedade e apoio mútuo.

Neste 15º aniversário, é com grande orgulho e gratidão que saudamos a Sado Acolhe por todo o seu trabalho árduo e dedicação incansável em prol dos mais necessitados. Que esta data seja apenas o início de muitos mais anos de sucesso e realizações, continuando a fazer a diferença na vida de tantas pessoas na Freguesia do Sado e além dela.”

**“Saudação
Aniversário São Domingos Futebol Clube**

O São Domingos Futebol Clube celebrou recentemente o seu 103º aniversário, marcando mais um ano de história e tradição desde a sua fundação, em 28 de março de 1921. Ao longo dos anos, este centenário clube tem sido uma referência no panorama desportivo nacional, destacando-se especialmente no futebol, onde tem consolidado a sua presença e competência.

Para além do sucesso óbvio, destacamos que o São Domingos FC tem vindo a aumentar a sua dinâmica na prática e desenvolvimento do futebol formativo, demonstrando um compromisso contínuo com a formação de jovens talentos e a promoção do desporto junto da comunidade. O clube tem investido recursos e esforços na formação de atletas, proporcionando-lhes as melhores condições para o seu crescimento pessoal e desportivo. Sem nunca esquecer que a fórmula para o sucesso passa por desenvolver muito trabalho. Através do seu empenho e dedicação, o São Domingos FC tem fortalecido o seu papel como uma instituição desportiva de referência, contribuindo para a promoção do desporto e dos valores associados ao fair play e à camaradagem. Que este 103º aniversário seja apenas o início de mais um capítulo de sucesso e realizações para o São Domingos Futebol Clube. Parabéns pelo seu notável legado e pela sua contribuição para o desporto em Portugal”

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte moção, conforme documento anexo sob o registo n.º 39.

**“Moção
Dia Nacional do Antigo Combatente**

No próximo dia 9 de abril, celebra-se o Dia Nacional do Antigo Combatente, uma data repleta de evocações e significado. Neste dia, não apenas recordamos e evocamos o respeito devido a todos aqueles que combateram pela Pátria, mas também celebramos os esforços contínuos de dignificação e apoio a esses militares e às suas famílias, que tudo deram e continuam a dar por Portugal.

O Dia do Combatente oferece uma oportunidade única para reafirmar o reconhecimento e a solidariedade de todos os Portugueses para com os atuais e antigos combatentes. É um momento de reflexão sobre o sacrifício e o serviço prestado por aqueles que defenderam os valores e a integridade do nosso país em momentos de adversidade e desafio.

Estamos conscientes de que são dados passos todos os dias para construir um Estado mais justo e atento às necessidades desses heróis nacionais. É nosso dever continuar a trabalhar em prol da valorização e do reconhecimento dos antigos combatentes, garantindo-lhes o respeito e o apoio que merecem.

Neste Dia Nacional do Antigo Combatente, prestamos uma homenagem sincera a todos aqueles que serviram Portugal com coragem e dedicação, honrando o seu legado e comprometendo-nos a manter viva a memória da sua bravura e sacrifício. Que este dia seja um momento de união e gratidão, lembrando sempre o valor inestimável daqueles que lutaram pela nossa liberdade e segurança”.

Sr. Vereador Fernando José – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 40 e 41.

“Saudação Aniversário do São Domingos Futebol Clube

O São Domingos Futebol Clube, uma das referências maiores do movimento associativo e do espírito bairrista setubalenses, assinalou o seu 103º aniversário no dia 28 de março.

A coletividade da Freguesia de São Sebastião, fundada em 1921, desempenhou um papel determinante para a melhoria da qualidade de vida da comunidade residente no bairro, contribuindo, em especial, para a democratização do acesso ao lazer e ao desporto, naquilo que foi uma época de intensificação da vida associativa do concelho.

Assim, o São Domingos fez-se ferramenta de transformação social e cultural, mas acima de tudo, tornou-se a casa de uma grande família, onde todos são bem-vindos e convidados a participar e a contribuir, de forma ativa, para o desenvolvimento da sua comunidade, bairro e concelho.

A atividade desta centenária coletividade, apesar de se centrar maioritariamente à volta da promoção da prática desportiva da modalidade de futebol, principalmente na sua componente formativa, abrange várias áreas da vida em comunidade, procurando dar resposta às necessidades e interesses emergentes da comunidade que serve. Desta forma, promove a prática desportiva de outras modalidades, como o ciclismo e o atletismo, bem como a organização de iniciativas de âmbito recreativo e cultural.

A sua parceria e colaboração com outras entidades do movimento associativo setubalense, bem como com o poder local, leva-a frequentemente a sair do bairro e a fazer parte da vida do concelho e das suas populações.

Exemplo de dedicação, resiliência e cidadania, o São Domingos Futebol Clube está de parabéns por mais um aniversário e por mais um ano de forte envolvimento na vida associativa do concelho.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a coletividade, órgãos sociais e sócios, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual representa um importante contributo para o desenvolvimento sociocultural do nosso território.”

“Saudação Aniversário do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes

O Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes celebrou, no dia 30 de março, o seu centenário.

Fundado em 1924, por um grupo de cidadãos que formou uma Comissão Administrativa, tendo como Presidente o Combatente Dr. Cipriano Mendes Dórdio, o Núcleo surgiu três anos após a criação da Liga dos Combatentes, inicialmente designada por Liga dos Combatentes da Grande Guerra, em 1921.

A Liga dos Combatentes foi criada com o objetivo de defender os Combatentes, os seus direitos e interesses, no seguimento da I Guerra Mundial. Durante os seus primeiros anos em atividade, focou-se na prestação de apoio e auxílio aos Combatentes e às suas famílias, quer seja na atribuição de subsídios e pensões, mantimentos e, até, pagamento de funerais. Preservar a memória dos Combatentes foi sempre também uma prioridade, sendo a instituição responsável por promover as comemorações do Dia do Combatente em 9 de abril e do Dia do Armistício em 11 de novembro, e a criação de lugares de memória (cemitérios e talhões de Combatentes).

Atualmente, a Liga dos Combatentes é uma instituição centenária, de carácter social e sem fins lucrativos, declarada Instituição de Utilidade Pública, que tem como objetivo defender e apoiar os legítimos interesses dos Combatentes, promover a dignidade e melhoria do apoio social e à saúde e preservar a memória histórica e cultural.

Prestando homenagem aos Combatentes, homens e mulheres vítimas das guerras, sublinhando as consequências negativas dos conflitos armados, em especial a perda de vidas humanas e frisando a importância e a responsabilidade de todos de promover e cultivar a paz,

os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam o Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes, órgãos sociais e associados pelo seu 100.º aniversário.”

Sr. Vereador Fernando José – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo sob o registo n.º 42.

“Saudação

Pedro Mendes sobe ao pódio no Campeonato da Europa de Trampolins

Pedro Mendes, atleta do Vitória Futebol Clube, integrou a equipa da Seleção Nacional de Trampolins Júnior, que está atualmente a participar no Campeonato da Europa de Trampolins, em Guimarães.

No primeiro dia da competição, o jovem atleta, em conjunto com os colegas de equipa, Martim Lopes, Gonçalo Costa e Lucas Gregório, conquistou o terceiro lugar por equipas, no escalão de juniores, na competição de Trampolim Masculino.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam toda a equipa da Seleção Nacional de Trampolins Júnior, em especial o atleta Pedro Mendes, bem como o Vitória Futebol Clube, pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação de uma boa competição, a qual terminará apenas no próximo domingo, dia 7 de abril.”

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que a sua bancada se associava à referência feita pela bancada do PSD em relação ao Dia do Combatente. Pessoalmente pretendia fazer uma referência aos portugueses e portuguesas que combateram na guerra, que habitualmente chamavam de “Guerra Colonial”. Uma guerra injusta, perpetuada pela teimosia e pelo interesse de um regime que acabou por ser derrubado pelos militares e pelos combatentes que também estavam referidos como ferramentas de liberdade. Disse que era importante fazerem aquela homenagem a todos.

Referiu que quando se falava da Liga dos Combatentes, porque ela tinha uma grande e vasta história, esqueciam-se que a referência era para todos os seus combatentes, aqueles que serviram a pátria, às vezes contrariados, sacrificando as suas famílias e a sua vida.

Disse que era importante naquela reunião de câmara deixarem aquela referência, porque todos eles eram portugueses de valor, gente honrada que serviram muitas das vezes de forma contrariada.

Mencionou que tivera familiares, quer na Guiné quer em Cabinda que deram de si, por essa razão poderia estar em condições de avaliar.

Aquelas saudações feitas à Liga dos Combatentes e ao dia dos combatentes eram importantes, porque os honrava como políticos e como ferramentas da afirmação da democracia e de Portugal.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e trinta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 17 de julho de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 35 folhas numeradas.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Aldora Poeira
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio